

TRABALHO ASSOCIADO, GÊNERO, EDUCAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NAS EMPRESAS DE AUTOGESTÃO E NOS MOVIMENTOS SOCIAIS

WORK ASSOCIATED, GENDER, EDUCATION AND POLITICAL PARTICIPATION IN SELF-MANAGEMENT COMPANIES AND SOCIAL MOVEMENTS

Neusa Maria DAL RI¹

RESUMO: O objetivo deste texto é apresentar ao leitor reflexões, com base em investigações empíricas efetuadas ao longo dos últimos quinze anos, acerca das modificações nas relações de trabalho e sociais introduzidas pelas organizações de trabalho associado, em especial as relacionadas às questões de gênero, ações educacionais e participação política da mulher.

PALAVRAS-CHAVE: trabalho associado, gênero, educação, participação.

ABSTRACT: The objective of this paper is to present the reader reflections, based on empirical research conducted over the past fifteen years, about the changes in labor relations and social introduced by organizations of associated labor, in particular those related to gender, educational activities and participation women's political.

KEYWORDS: associated labor, gender, education, participation.

INTRODUÇÃO

As reflexões contidas neste texto têm como suporte resultados de investigações empíricas realizadas nos últimos quinze anos em organizações econômicas de trabalho associado (OTAs), em várias fábricas e cooperativas de autogestão e fábricas recuperadas da Argentina e do Brasil, cooperativas de produção agropecuárias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Brasil, e cooperativas do Movimento Zapatista do México.

Neste artigo, de acordo com a temática proposta, procuramos apresentar ao leitor uma discussão acerca do trabalho associado, com destaque para as modificações nas relações sociais operadas nas empresas e cooperativas de autogestão e nas cooperativas dos movimentos sociais, em especial aquelas relacionadas às questões de gênero, relações de poder, ações educacionais e participação política da mulher. Em particular, desejamos averiguar se a democratização das relações de trabalho seria eficaz para erradicar as seculares práticas de subordinação feminina, ou se essas práticas reproduzem-se de alguma forma.

¹ Professora Livre-docente III da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências. Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Educação, UNESP, Campus de Marília. Líder do Grupo de Pesquisa Organizações e Democracia, e bolsista PQ do CNPq. Marília, São Paulo, Brasil. E-mail: neusamdr@terra.com.br

As principais características do que denominamos de trabalho associado, bem como sua importância na atual conjuntura são discutidas ao longo do texto. No entanto, de início, destacamos que as organizações econômicas de trabalho associado são aquelas que apresentam as seguintes peculiaridades: a propriedade pertence a um coletivo de associados; os trabalhadores são ao mesmo tempo os proprietários; a assembleia geral dos associados é o poder máximo de decisão na organização; os diretores da organização são eleitos pelos associados. Além dessas características básicas, as OTAs tentam desenvolver políticas específicas voltadas para a educação, para a igualdade de gênero e para a preservação do meio ambiente, questões que se tornam cada vez mais importantes para as organizações que se pretendem democráticas, tanto do ponto de vista político como do econômico.

Uma das principais ideias que perpassa este texto é a de que o engajamento das organizações de trabalho associado nos movimentos políticos populares é praticamente uma condição para preservar a sua democracia interna, bem como para o seu aporte na construção da igualdade de gênero e de uma sociedade igualitária e democrática.

1. TRABALHO ASSOCIADO

O trabalho associado (TA) apresenta formas distintas. Todavia, neste trabalho discutimos em linhas genéricas as principais determinantes das OTAs e apresentamos as potencialidades dessas organizações para se engajarem em processos de mudança e de desenvolvimento de formas alternativas de gestão, de democratização das relações de trabalho, partilha do poder e igualdade de gênero.

O perfil evolutivo de uma OTA encontra-se quase sempre determinado pela conjuntura histórica das formações sociais capitalistas na qual se situa e, também, pela influência de movimentos ou organizações mais amplos que, em geral, são dotados de programas políticos próprios.

Organizações de trabalho associado, como, por exemplo, as cooperativas de trabalhadores, encontram-se presentes na sociedade desde meados do século XIX (SINGER, 1998). Se considerarmos a dimensão dos seus empreendimentos, concluímos que esta atividade atravessou dois séculos e ocupou um lugar excêntrico no conjunto das atividades econômicas da sociedade. Com o advento da fase do capitalismo neoliberal e as várias contradições geradas por ela, em especial o crescente desemprego, o trabalho associado ascendeu, com o crescimento do cooperativismo, da economia solidária, da economia social, dos empreendimentos de autogestão, dentre outras denominações que abrigam diversas formas de cooperação dos trabalhadores. Mesmo na condição de fenômeno intersticial da ordem social capitalista, a presença secular do TA é significativa. O trabalho associado abrolha testemunho da resistência secular dos trabalhadores ao trabalho alienado; a cada novo empreendimento atualiza os valores de liberdade e igualdade e acumula experiências

e saberes que se agregam ao patrimônio histórico do movimento dos trabalhadores. Porém, o trabalho associado na vigência da dominação do capital encontra-se pressionado e o risco de involução democrática ou mesmo de extinção aceira cada OTA.

Apresentamos em seguida as determinantes elementares da forma de trabalho associado que, do nosso ponto de vista, se encontra mais bem equipada para o desenvolvimento democrático e, portanto, para contribuir para com a construção de um movimento alternativo ao capitalismo ou contra-hegemônico. Entretanto, esse rol de determinantes não é uma tipologia, devendo ser compreendido como um conjunto de determinações indicando um vetor evolutivo para as OTAs, mas que pode ter seu curso modificado por organizações ou movimentos mais inclusivos e situações histórico-sociais diferenciadas.

Desse modo, oferecemos as características do trabalho associado mais-democrático, conceito desenvolvido em Vieitez e Dal Ri (2001), que dizem respeito à associação, à propriedade, ao poder, à distribuição de rendimentos e às relações com os movimentos sociais.

1.1. A CONSTITUIÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DE TRABALHO ASSOCIADO

No capitalismo os trabalhadores são organizados coletivamente em unidades de trabalho com o objetivo de prestarem um serviço ou produzirem um bem num sistema de cooperação para o capital. O trabalho associado surge quando essa mesma força de cooperação coletiva é empregada pelos trabalhadores com o objetivo de instituírem um sistema de cooperação autônomo ou para si.

Este sistema de cooperação autônomo incide sobre todos os determinantes constituintes da organização. No entanto, uma dimensão fundamental das mudanças que ocorrem está em que o trabalho associado altera o modo de apropriação do excedente econômico do empreendimento. Outra determinante básica é a constituição de relações no trabalho baseadas na distribuição equitativa de poder e riqueza.

As OTAs, sejam elas advindas de empresas falidas ou formadas pela decisão de um coletivo², são instituídas mediante a aprovação da constituição de uma empresa, formal ou informal, que define e regulamenta a natureza das relações de trabalho no âmbito da organização. Em qualquer modalidade de TA, a elaboração desta constituição corporativa é realizada pela instância máxima de tomada de decisões que é a assembleia geral dos trabalhadores.

Diferentemente do assalariado que pode ser demitido da empresa a qualquer momento, o trabalhador de uma OTA, uma vez admitido como associado, integra-se à comunidade de trabalho.

²A grande maioria das denominadas empresas de autogestão, no Brasil, e empresas recuperadas, na Argentina, foi formada a partir de empresas capitalistas em processo falimentar. Para maiores informações ver Vieitez e Dal Ri (2001).

Nas cooperativas é usual que os novos associados paguem uma taxa de ingresso, uma vez que os sócios não são proprietários de capital. Nas OTAs mais-democráticas estas taxas de ingresso ou não são cobradas, ou tendem a ser simbólicas. Tanto a admissão quanto o desligamento de associados é determinado em última instância pela assembleia geral dos trabalhadores e os desligamentos são excepcionais.

Em síntese, é mediante um ato de vontade política societária que os trabalhadores decidem constituir uma associação para organizar o seu próprio trabalho, estabelecendo as normas e procedimentos que definem parte significativa das relações sociais do empreendimento de trabalho associado.

1.2. A PROPRIEDADE

No contexto do capitalismo, a maior parte das OTAs mais-democráticas é detentora do que podemos denominar de propriedade associativa, ou seja, uma forma modificada de propriedade privada. Inversamente do que ocorre na propriedade privada típica, na propriedade associativa os trabalhadores não detêm frações do capital. Não há a possibilidade de associação mediante a inversão de capital e nem a possibilidade de enriquecimento pessoal, uma vez que a natureza da distribuição nas OTAs impossibilita que a riqueza gerada pelo trabalho se concentre nas mãos de uma ou poucas pessoas, do que resulta que os associados sempre dependerão do seu trabalho para a obtenção de um rendimento.

Apesar dessas modificações, a propriedade associativa, no que diz respeito a sua inserção jurídica, social e econômica, segue sob a lógica da propriedade privada dos meios de produção. Isto ocorre porque se, por um lado, ela pertence a um coletivo de trabalhadores e encontra-se mais socializada, por outro lado, ela é detentora de uma grande autonomia frente à totalidade social. Esta é uma das razões pelas quais as OTAs sob o capitalismo, passado quase dois séculos, seguem sendo tipicamente produtoras de mercadorias (VIEITEZ; DAL RI, 2009). A maior diferença em relação à propriedade privada típica é que as OTAs, em princípio, apresentam potenciais favoráveis à socialização democrática que não existe na propriedade capitalista.

1.3. NEGAÇÃO DO TRABALHO ASSALARIADO

Uma das características mais importantes das OTAs mais-democráticas é a rejeição prático-ideológica do trabalho assalariado. O trabalho assalariado apenas é admitido nessas organizações em caráter supletivo ou emergencial. Mesmo nessa forma, a utilização de trabalhadores assalariados estabelece imediatamente a exploração de um grupo sobre outro e constitui um segmento de trabalho tipicamente alienado. Assim, o seu uso, mesmo que mitigado, choca-se com os objetivos de existência de uma OTA demo-

crática, sendo uma contradição nos termos. Entretanto, a inexistência de uma legislação democrática e específica para esse tema, demanda que a não utilização do trabalho subordinado seja o resultado de uma deliberação do coletivo de trabalhadores associados.

1.4. DISTRIBUIÇÃO DO EXCEDENTE ECONÔMICO

Em geral, o excedente econômico, ou seja, o que sobra após o pagamento dos fatores de produção, é dividido entre os associados em parte iguais.

Quanto aos proventos mensais dos associados, a distribuição realizada nas OTAs pode ser chamada de equitativa, com tendência à igualdade. Este tipo de distribuição se caracteriza pelo fato de que o intervalo entre o piso e o teto dos valores das retiradas³ é pequeno, situando-se em geral na proporção de um para três.

O estabelecimento de retiradas aritmeticamente iguais é muito difícil sob o domínio da lei do valor de mercado e da ideologia meritocrática disseminada na sociedade. Mas, as diferenças observáveis nas organizações que praticam o princípio da distribuição equitativa decorrem mais de diferenciais entre os trabalhos prestados e das necessidades individuais dos associados, do que de critérios decorrentes da concepção meritocrática. Em muitas cooperativas de produção agropecuária do MST, por exemplo, o montante de horas trabalhadas para além da jornada obrigatória resulta em certo diferencial de rendimentos. Já na fábrica ceramista Zanón (FaSinPat), localizada em Neuquén, Argentina, são as necessidades individuais dos trabalhadores que geram as diferenças nos rendimentos. Os mais antigos na empresa podem receber um pequeno adicional, bem como os que têm famílias numerosas ou os que necessitam de cuidados médicos especiais.

A remuneração igualitária é mais visível nas OTAs que apresentam uma composição profissional mais simples e homogênea, ou seja, uma composição profissional menos transfixada por premissas educacionais escolares, uma vez que a escola capitalista, habilitadora universal da força de trabalho para o sistema, realiza também uma indexação profissional supostamente baseada no mérito profissional.

Nas OTAs a distribuição é comumente o principal eixo, em torno do qual se reapresentam os conflitos de classe típicos da sociedade capitalista. A estrutura de classes, a composição do sistema de *status* social, o dinheiro, a estrutura de consumo e o sistema escolar propiciam uma tendência à promoção da desigualdade, e o florescimento desta leva à corrosão da democracia na OTA. Portanto, a questão da pressão social que clama por desigualdade nunca está realmente resolvida nas OTAs sob o sistema burguês, o que demanda uma luta difícil e recorrente contra ela.

³ Nas OTAs em geral não se utilizam os termos salários e lucros. Os proventos mensais dos trabalhadores são denominados de *retiradas* e a divisão do excedente econômico de *sobras*.

1.5. RELAÇÕES DE PODER

O núcleo do poder no trabalho associado está na assembleia geral dos trabalhadores. Em princípio, a assembleia dos trabalhadores é a instância mais importante de tomada de decisões.

Nas OTAs que fizeram parte das amostras das investigações empíricas, aqui consideradas, encontramos basicamente duas práticas de organização do poder: a representativa e a horizontalizada. Na prática representativa, embora a assembleia seja a principal instância de poder, na maior parte do tempo as decisões são tomadas pelo Conselho Administrativo ou Conselho Diretor eleito pelos associados. Essa é a modalidade típica que em trabalho anterior (VIEITEZ; DAL RI, 2001) denominamos de gestão de quadros.

Na prática horizontalizada a maior parte das decisões é tomada nas assembleias gerais e, geralmente, a OTA possui órgãos intermediários para discussão e tomada de decisões setoriais. Neste segundo tipo, embora a instância executiva tome decisões, ela tem menos autonomia do que no caso anterior e atua como um instrumento de execução das decisões tomadas pela assembleia (DAL RI; VIEITEZ, 2008, VIEITEZ; DAL RI, 2009). Os quadros continuam tendo ascendência na OTA por suas qualidades intelectuais e experiência, no entanto, o poder encontra-se mais descentralizado. Nas OTAs desse tipo há uma preocupação do coletivo em fazer com que todos os trabalhadores, homens e mulheres, tenham oportunidades de adquirir experiências profissionais, administrativas e políticas. No caso do MST é comum que para as coordenações sejam sempre eleitos e/ou indicados um homem e uma mulher para ocuparem os cargos de forma conjunta.

2. TRABALHO ASSOCIADO, GÊNERO E EDUCAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES AUTOGERIDAS

O objetivo deste item é apresentar alguns aspectos sobre a situação profissional, educacional e participação política da mulher a partir das relações de trabalho que se desenvolvem nas empresas e cooperativas de autogestão (EAs) e nas cooperativas e estrutura política dos movimentos sociais.

2.1. SITUAÇÃO PROFISSIONAL, EDUCACIONAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA MULHER NAS EMPRESAS E COOPERATIVAS DE AUTOGESTÃO

Como vimos, nas OTAs a propriedade pertence ao coletivo de trabalhadores, desse modo, os associados são ao mesmo tempo trabalhadores e proprietários. Em princípio, o poder é exercido pelo conjunto de associados por meio de assembleias gerais, comissões, setores, eleições de dirigentes e outros mecanismos que visam assegurar a participação política de todos. Esses dispositivos constitucionais engendram relações de

trabalho totalmente diferentes das que existem na empresa capitalista, na qual o assalariado não tem nenhum poder.

Essas relações de trabalho diferenciadas tendem por si mesmas a alterar as relações profissionais e educacionais tradicionalmente existentes entre homens e mulheres em sentido favorável às mulheres. Contudo, é necessário considerar que esses empreendimentos encontram-se imersos na cultura predominante na sociedade que é machista e capitalista. Portanto, uma grande parte das determinações sociais segue presente no cotidiano desses coletivos de trabalhadores.

De acordo com declarações de dirigentes e associados das EAs (DAL RI; VIEITEZ, 2002), não ocorre nos empreendimentos discriminações em relação às mulheres. No entanto, a observação e análise dos dados coletados mostraram que isso não corresponde à realidade, e que pelo menos uma parte da ideologia machista continua perpassando as relações existentes.

Um marco de diferenciação profissional entre os gêneros encontra-se na distribuição dos/as trabalhadores/as pelos diversos ramos da economia. Verificamos que nas EAs as mulheres encontram-se concentradas naqueles ramos tradicionalmente vistos como femininos, tais como confecção, têxtil e preparação de alimentos. Em outros ramos, como, por exemplo, metal-mecânica, mineração, dentre outros, a participação das mulheres ou é muito pequena ou inexistente. Essa distribuição coincide, portanto, com a tendência histórica observada no mercado de trabalho capitalista, a qual não sofreu grandes modificações na última década, como podemos notar pelos dados apresentados por Fumagalli (2009a, p. 1).

A indústria brasileira (dados de 2007) é responsável por aproximadamente 20% dos empregos formais existentes, sendo que deste total 72% é composto por homens e 28% por mulheres. Se considerarmos o total dos setores (comércio, serviços, agricultura e indústria) as mulheres respondem por 5,7% do total dos empregos na indústria e 27% na área de serviços. Portanto, existe um acentuado predomínio feminino em um conjunto de ocupações consistentes com os papéis de gênero tradicionais, especialmente nas áreas de saúde e educação. Além disso, as possibilidades de inserção das mulheres no trabalho também estão limitadas pela desigualdade de gênero na capacitação técnica, derivada de estereótipos sexistas, resultando com isso em uma grande concentração nas atividades de apoio (serviços).

Como a maioria das EAs foi formada a partir de empresas capitalistas falidas ou em sérias dificuldades financeiras, essa distribuição também deve ser considerada como decorrência dessa origem. No entanto, os associados de ambos os gêneros justificam a divisão do trabalho entre homens e mulheres de acordo com a ideologia tradicional patriarcal dominante.

Ao serem questionados/as sobre as razões de ter mais pessoas de um gênero do que do outro nas empresas e em determinados postos de trabalho, os/as entrevistados/as

responderam que os trabalhos pesados são para os homens e os trabalhos mais artesanais e delicados para as mulheres.

“Por que só uma mulher associada? É por causa do serviço. É complicado, é funilaria, etc. É mais para homem porque é serviço pesado. São coisas pesadas que a mulher não consegue fazer.”⁴

“Por causa do setor, fornos, fundição, usinagem, etc. O serviço é pesado. A admissão de homens é automática.”⁵

“O trabalho é artesanal e delicado. A mulher tem mais detalhe, tem fitinhas, etc. O homem é mais grosseiro, serve para serviço mais pesado.”⁶

“Tem mais mulher pelo setor de costura. Porque é difícil o homem costurar. Na montagem tem mais homem.”⁷

“Aqui só tem um homem, o padeiro. O resto são mulheres porque é cozinha.”⁸

Um dos elementos fundamentais da ideologia da supremacia masculina repousa na idéia de que a fisiologia e o metabolismo psicobiológico da mulher fazem dela um membro do coletivo da força de trabalho com menor capacidade física⁹. Desse modo, a divisão do trabalho entre os gêneros, através da história, tem sido justificada em nome da inferioridade física da mulher.

No entanto, de acordo com Marx (1982, p. 449-450), com o advento da grande indústria, a força física tornou-se crescentemente supérflua.

Tornando supérflua a força muscular, a maquinaria permite o emprego de trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento físico incompleto mas com membros mais flexíveis. Por isso, a primeira preocupação do capitalista ao empregar a maquinaria, foi a de utilizar o trabalho das mulheres e das crianças.

Além disso, observamos que a pressuposta fragilidade física da mulher jamais a impediu de trabalhar no setor produtivo e doméstico, além de ter e criar os filhos. Em todos os tipos de sociedade, desde as pretéritas e antigas até a capitalista, o volume de trabalho realizado pelas mulheres sempre foi imenso, o que mudou foi a forma desse trabalho.

⁴ Entrevista com associada (única associada) da Unitron - Cooperativa de Produção de Caldeiraria.

⁵ Entrevista com associada da Coopermetal - Cooperativa Metalúrgica de Criciúma.

⁶ Entrevista com dirigente, do sexo masculino, da Cooperativa de Trabalho União Serrana Ltda.

⁷ Entrevista com dirigente, do sexo feminino, da Renascer - Cooperativa de Calçados.

⁸ Entrevista com dirigente, do sexo feminino, da Cooperativa Restaurante Armazém Teia Ecológica.

⁹ A ideologia machista dissemina que a mulher além de ter uma inferioridade física possui, também, menor capacidade intelectual. Nas EAs, no entanto, este segundo argumento não foi utilizado por nenhum dos/as entrevistados/as para explicar a posição das mulheres no trabalho.

O trabalho doméstico, comumente realizado pelas mulheres, até os dias de hoje, é enorme se avaliado quantitativamente em termos de trabalho produtivo.¹⁰ É comum a disseminação da idéia de que o trabalho doméstico, embora consumindo muito tempo, é leve e relativamente agradável. Essa ideia, em princípio, escamoteia a rotina nula e degradante que ele encerra.

De acordo com Lenin (1980, p. 666), mesmo após a Revolução Russa, que tinha como um de seus desígnios a emancipação da mulher, essa situação não se modificou.

A mulher continua sendo escrava do lar, apesar de todas as leis libertadoras, porque está debilitada, oprimida, embrutecida, humilhada pelas pequenas tarefas domésticas que a convertem em cozinheira e cuidadora de crianças, que desperdiçam sua atividade em um trabalho absurdamente improdutivo, mesquinho, enervante, embrutecedor e fastidioso.

Desse modo, a análise indica que longe da fraqueza física da mulher afastá-la de certo tipo de trabalho é sua fraqueza social que a torna uma escrava dele.

Portanto, parece-nos que a tese da incapacidade física da mulher para o trabalho é agora, como foi no passado, uma das justificações ideológica para relegá-la a um *status* inferior na sociedade. Com efeito, pesquisas realizadas sobre a questão de gênero indicam que as origens históricas da subordinação da mulher não contemplam a superioridade da força física do homem como um fator explicativo importante (MENDEL; VOGT, 1975, DE GODELIER, 1980).

Além da distribuição pelos ramos ocupacionais, outro elemento importante para ser analisado é o pertinente à ocupação dos cargos diretivos nas empresas. Observamos que há uma predominância masculina nos cargos de direção e de responsabilidade, mesmo naquelas EAs nas quais o número de mulheres associadas é bem maior do que o de homens.

Essa tendência encontrada nas EAs, também está em acordo com o mercado de trabalho em geral, como aponta Fumagalli (2009b, p. 2) secretária de gênero da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Ocupando cargos de direção de empresa temos 85% de homens e 15% de mulheres; na condição de gerentes são 77% de homens e 23% de mulheres; entre os profissionais da área de física, química e engenharia, temos 79% de homens e 21% de mulheres; técnicos polivalentes são 70% de homens e 30% de mulheres; técnicos de nível médio nas áreas de física, química e engenharia, 83% de homens e 17% de mulheres; atendimento ao público 24% de homens e 76% de mulheres; trabalhadores em processo contínuo, 82% são homens e 18% mulheres; escriturários, 59% homens e 41% mulheres e trabalhadores dos serviços, 61% de homens e 39% de mulheres.

¹⁰ “Conforme dados do IBGE, as mulheres gastam em média 27 horas por semana com os afazeres domésticos, enquanto que entre os homens o número de horas gastas não excede 10 horas”. (FUMAGALLI, 2009b, p.3).

Nesse tópico, a tendência das EAs ainda é a de reprodução da tendência geral do mercado de trabalho. Esse fato também parece estar ligado à época em que as EAs ainda eram empresas tradicionais e nas quais a supremacia masculina era institucionalizada. Entretanto, lembramos que nas OTAs os associados têm poder para eleger e indicar seus dirigentes; existe liberdade de discussão, de expressão e de reunião e, embora apresente contradições, a configuração objetiva e jurídica das relações de trabalho gera um impulso para a solidariedade, igualdade e equidade. Embora, objetivamente, nada há que impeça as mulheres de terem um posicionamento independente e autônomo, elas continuam, em geral, reproduzindo o comportamento de subordinação em relação aos homens.

Mesmo que a ideologia predominante na sociedade transfixe as relações e mentalidade dos/as associados/as das EAs, há também vários elementos inovadores do ponto de vista da temática em questão. Atemo-nos aqui aos mais relevantes, quais sejam: a) ambiente de trabalho mais igualitário; b) remuneração igual para homens e mulheres; c) maiores oportunidades de acesso para as mulheres aos cargos de direção; d) reeducação imanente às novas relações sociais; e) implementação da política de igualdade de gênero (em especial nos movimentos sociais estudados).

Nas empresas de autogestão, e nas OTAs em geral, o ambiente tipicamente burocrático é rompido. Os cargos e funções diferenciados continuam existindo, porém eles não apresentam a mesma rigidez e signo hierárquicos de outras organizações. Dessa forma, os associados estabelecem relações mais próximas, menos formais, solidárias, enfim, mais democráticas. Esse fato tem como consequência a diminuição das diferenciações entre homens e mulheres, o que gera relações mais igualitárias.

Um dos elementos que contribui para que o ambiente social seja mais democrático é a igualdade de remuneração entre os gêneros. Homens e mulheres recebem os mesmos proventos pelo mesmo trabalho realizado, e isso ocorre tanto com as retiradas mensais, quanto com a distribuição das sobras. Neste item, a tendência das EAs encontra-se em oposição à tendência do mercado de trabalho, no qual as mulheres, em geral, percebem salários inferiores aos dos homens quando considerados o mesmo trabalho realizado ou função ocupada¹¹. De fato, essa igualdade frequentemente transcende as funções, pois em várias OTAs a remuneração dos associados é igual ou praticamente igual para todos independente do tipo de trabalho realizado e do gênero de quem o realiza.

Uma terceira variável que impulsiona a igualdade em geral, assim como a igualdade de gênero, diz respeito ao exercício do poder. Em tese, o controle e a gestão do

¹¹ “De acordo com a pesquisa, os homens ganham mais que as mulheres em todas as faixas de idade, níveis de instrução, tipo de emprego ou de empresa. [...] O Brasil apresenta um dos maiores níveis de disparidade salarial. No país, os homens ganham aproximadamente 30% a mais que as mulheres de mesma idade e nível de instrução [...]”. (OBSERVATÓRIO BRASIL DA IGUALDADE DE GÊNERO, 2015, p. 1). “O salário das mulheres tem subindo ano a ano mais do que o dos homens, mas ainda há diferença na remuneração quando eles ocupam a mesma função. A pesquisa anual da Catho indicou que os homens ganham, em média, até 30% a mais”. (SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO PAULO E MOGI DAS CRUZES, 2015, p. 1)

empreendimento pertencem a todos/as os/as trabalhadores/as. Na prática, a participação é diferenciada, mas, assim mesmo, propicia relações mais democráticas e igualitárias, o que permite às mulheres ascenderem a funções de responsabilidade e a cargos de direção em proporções maiores do que as encontradas usualmente.

Porém, a inflexão relacional que aponta para uma equalização do *status* profissional das mulheres nas EAs é um processo de luta e de reeducação, que se estende por anos.

As novas relações de trabalho engendradas nas EAs, efetivamente democráticas ou com um grande potencial democrático, apresentam um efeito educativo imanente. Na medida em que essas relações vão sendo vivenciadas, os associados, que por sua origem são advindos das categoriais sociais do assalariamento, vão redefinindo suas concepções, valores e práticas.

Citamos dois exemplos, contidos em Vieitez e Dal Ri (2001, p. 127-128) e ocorridos há algum tempo, para exemplificar essa proposição: os casos das cooperativas Coopervest e Cooperjeans, que se situavam respectivamente em Aracajú, Sergipe, e Avaré, São Paulo, e que eram do ramo da confecção.

Essa EAs, nas quais a grande maioria dos associados era composta por mulheres, “[...] iniciaram as suas trajetórias governadas por homens eleitos por elas. Entretanto, posteriormente, movimentos advindos das bases formaram e elegeram novas diretorias encabeçadas por mulheres”.

Esses movimentos representaram o descontentamento das associadas com os dirigentes que se perpetuavam no poder centralizando a tomada de decisões. Ao mesmo tempo, foram manifestações da coletividade constituída, em sua maioria, por mulheres e que anteriormente haviam se submetido à hegemonia masculina.

As mulheres eleitas para as novas direções, a maioria proveniente da linha de produção, em decorrência da nova posição ocupada, passaram a vivenciar experiências que estavam reservadas apenas aos homens, tais como: freqüentar cursos de formação; representar a empresa; participar de reuniões com empreendimentos em outros Estados; e, principalmente, adquirir os conhecimentos e a maturidade decorrentes do exercício da gestão democrática.

As discussões e práticas diferenciadas acerca desse tema foram gerando nas OTAs mais-democráticas, em geral, a elaboração de políticas de igualdade de gênero.

2.2. SITUAÇÃO PROFISSIONAL, EDUCACIONAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA MULHER NOS MOVIMENTOS SOCIAIS

É muito raro encontramos movimentos sociais que juntem a luta pelos objetivos específicos e comuns dos seus membros, a organização da produção, a educação e a

implantação de políticas de igualdade de gênero. Talvez os melhores exemplos de movimentos sociais que unem organicamente a economia, a política e a cultura sejam os do MST do Brasil, e o Movimento Zapatista do México.

O MST foi fundado em 1984 em meio ao ascenso do movimento operário-popular no Brasil que lutou contra a ditadura militar instalada no país. O Movimento surgiu com o propósito de lutar pela reforma agrária, o que continua sendo seu principal objetivo. No entanto, desde o início o MST divulgou um programa econômico-político de luta pela transformação social.

Nos trinta anos que separam o Movimento da sua formação, ele cresceu e se tornou um dos movimentos sociais mais importantes da América Latina.

O MST criou um modo diferenciado de constituição do trabalho associado. A reforma agrária, seu objetivo principal, não se realizou até hoje no Brasil. Entretanto, mediante as lutas e ocupações de terras, milhares de famílias foram assentadas e estavam destinadas, em princípio, a atuarem como pequenos proprietários independentes. Diante dessa circunstância, o MST deparou-se com a seguinte questão: deixar as famílias vivendo de modo independente e individual a sua condição de pequenos proprietários e fora do Movimento, ou empenhar-se na organização da produção agrária e manter os pequenos proprietários como militantes. Tendo optado pela organização da produção, o MST, por seus próprios meios e experiências, percebeu que a maneira de organizar a produção mais compatível com seus propósitos sociais, na presença hegemônica da produção capitalista, era organizar os trabalhadores rurais num sistema cooperativista (SCA) (DAL RI; VIEITEZ, 2008). Este sistema, que é multifacetado e comporta diversos graus de cooperação, tem o seu núcleo mais avançado na organização de trabalho associado, no qual se destaca a cooperativa de produção agropecuária (CPA).

Além da organização política e econômica, a outra área na qual o Movimento investe é na educação. O MST reivindica a constituição de uma nova pedagogia e possui um sistema educacional com inúmeras escolas, da educação infantil ao nível superior, nas quais implantou sua proposta político-pedagógica (DAL RI, 2004). Os dois aspectos mais interessantes da proposta educacional do MST são a união do ensino com o trabalho produtivo; e a gestão democrática nas escolas que funcionam como cooperativas, como as CPAs¹².

No que diz respeito às relações de trabalho associado, as CPAs do MST têm vários elementos em comum com as EAs. No entanto, as CPAs são mais democráticas e igualitárias, o que pode ser deduzido pelo fato de que, em geral, as retiradas nas CPAs contabilizadas pelas horas trabalhadas são iguais, independente das funções desempenhadas. Além disso, nos Conselhos Diretivos das CPAs eleitos procura-se realizar um rodízio com os membros que ocupam os cargos para que um maior número de pessoas

¹² Apesar da proposta educacional e de seus esforços, o MST não consegue implantar essa forma de organização em todas as escolas nas quais tem influência. Mas, são paradigmáticos os casos estudados em Dal Ri (2004) e Dal Ri e Vieitez (2007, 2008).

possa passar pela experiência de coordenação. As principais questões sejam as de cunho político, econômico ou educacional são discutidas e deliberadas nos núcleos de bases e nas assembleias gerais dos acampamentos e assentamentos¹³.

Aqui observamos uma diferença entre o Movimento e as EAs. Ao passo que na maioria das EAs encontramos o exercício da democracia representativa, com predominância da direção dos quadros, o MST tem como prática principal a participação direta e a democracia horizontalizada (VIEITEZ; DAL RI, 2009).

Outra questão importante de ser tratada é a participação das mulheres nas cooperativas e na direção política do Movimento.

A orientação do SCA é de que todos os membros da família que realizem atividades na cooperativa sejam associados. Os jovens podem integrar-se às cooperativas a partir dos 16 anos. Para o Movimento essa integração traz benefícios não apenas do ponto de vista do trabalho, mas principalmente do ponto de vista político, pois na medida em que todos são sócios “[...] assumem uma posição de igual para igual na cooperativa com direitos e deveres iguais. No caso da mulher em que [se] torna sócia, integra-se ao processo de produção e através do econômico vai criando espaço cada vez maior para a participação política [...]” (CONCRAB, 1996, p. 28).

Embora o MST tenha uma linha política de combate à violência sexista e um setor de gênero organizado¹⁴, com incentivo à participação da mulher, na prática cotidiana há vários impedimentos que resultam em um nível ainda pequeno de inserção das mulheres nas cooperativas e nas instâncias políticas.

Nas observações e entrevistas que realizamos em assentamentos do MST pudemos verificar que as mulheres, em geral, são associadas às CPAs e integram os setores de produção¹⁵, mas, muitas vezes, trabalham apenas 4 horas, pois no restante do dia cuidam da casa, dos filhos, da alimentação etc.

Há uma discussão acumulada no Movimento com propostas de criação de creches, lavanderias e refeitórios coletivos para liberar as mulheres para o trabalho produtivo. No entanto, as ações são ainda incipientes.

Outro aspecto que verificamos a partir de nossas observações empíricas e por meio dos relatos de membros do MST é que as mulheres participam das manifestações, ocupações e na organização dos acampamentos. No entanto, após a conquista da terra e

¹³ A organização dos acampamentos e assentamentos do MST mantém uma estrutura comum, qual seja, os acampados/assentados são organizados nos denominados núcleos de base que discutem todos os problemas e questões colocados ao Movimento e à organização da produção. Após essas discussões, as problemáticas vão para decisão final nas assembleias.

¹⁴ Setor de gênero do MST disponível em: <http://base.d-p-h.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-8247.html>

¹⁵ Os setores de produção fazem parte da organização e da estrutura de trabalho das CPAs.

com o processo de assentamento, essa situação parece modificar-se. Nos assentamentos que estudamos não encontramos nenhuma mulher nas direções das cooperativas.

Conceição (2006, p. 3) em pesquisa sobre a participação das mulheres do MST da Bahia encontrou ocorrência parecida com a nossa.

Entretanto quando se dá o processo de assentamento das famílias na terra conquistada, vemos tornar-se restrito a atuação e inserção da mulher nos espaços coletivos de decisão, sua participação nos espaços públicos do assentamento sofre um retrocesso. O índice de participação política das assentadas nas reuniões, assembléias, cursos, cooperativas, etc, ainda é baixo. Normalmente as mulheres voltam a se refugiar no espaço doméstico, sendo absorvidas pelo cuidado com os filhos, a casa, e acabam delegando ao companheiro a participação nos espaços coletivos de decisão. Mesmo quando elas participam na organização dos assentamentos, geralmente estão ligadas às áreas de educação e saúde, dada a proximidade destas atividades com a vida doméstica. Esta é mais ou menos a trajetória da grande maioria de mulheres que participam de ocupações e que compõe no dizer das lideranças a 'frente de massa' do movimento.

A menor inserção da mulher não ocorre apenas nas cooperativas, mas também, e principalmente, nas instâncias políticas e de direção do Movimento.

Essa condição é reconhecida pelo próprio MST.

É verdade que para muitas mulheres o MST foi e é a possibilidade de se libertar de várias formas de opressão e se afirmar como mulheres e como trabalhadoras. Porém, para um grande número de mulheres, que estão presentes nos acampamentos e assentamentos, o MST ainda não criou as condições para que elas possam realmente participar da luta pela terra, pela reforma agrária e pela transformação social. Tanto que se comparada com os homens a presença das mulheres Sem Terra na estrutura organizativa do MST, desde as instâncias de nível nacional e estadual até nas instâncias de base, ainda é pequena na maioria dos estados. Assim como é menor a participação feminina nas lutas pela conquista da terra, o que se reflete depois em pouca participação nos assentamentos. (MST, 2010, p. 1)

Essa situação de dependência da mulher é agravada pela cultura do trabalhador rural que é extremamente conservadora e machista. Além disso, no meio rural as questões de trabalho encontram-se, em geral, mescladas com as familiares, o que acaba resultando em maior opressão e submissão da mulher.

Situação bem mais aguda da influência da cultura e da submissão da mulher pode ser encontrada nas comunidades indígenas. Em geral, as mulheres indígenas não têm direito à escolha dos maridos e nem de participar das decisões ou de ocupar cargos de direção nas comunidades.

Nesse sentido, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), de origem indígena e um dos movimentos sociais mais importantes da América Latina, é um caso singular, não apenas pela inserção da mulher na organização como combatente, mas pela

estrutura democrática de poder que criou, no qual a mulher tem direito à participação política e a ocupar cargos de direção.

Os Zapatistas iniciaram sua fase pública a partir de 01 de janeiro de 1994 quando se mostraram para além das montanhas de Chiapas com capuzes pretos e armas nas mãos dizendo *Ya Basta!* contra o NAFTA (acordo de livre comércio entre México, Estados Unidos e Canadá) que foi lançado nesse mesmo dia. O Movimento defende a gestão democrática do território, a participação direta da população nos assuntos públicos, a partilha da terra e da colheita e a organização autônoma da produção.

Tendo a necessidade de preservar e reproduzir a comunidade e, ao mesmo tempo, de articular-se com o mercado local e mundial para comercializar seus produtos, o Movimento Zapatista, da mesma forma que o MST, lançou mão das cooperativas para organizar a produção e criou um sistema educacional próprio unindo ensino e trabalho produtivo.

O café é um dos produtos mexicanos cultivados e comercializados para o exterior e Chiapas é a principal região produtora. Os indígenas já cultivavam o café, mas para comercializar os produtos dependiam de intermediários (coyotes) e de empresas multinacionais. Quando o Movimento Zapatista decide organizar a produção coletiva das comunidades funda grandes cooperativas de café.

Los indígenas chiapanecos, que viven desde hace centenas de años marginados, se han agrupado masivamente entorno al Frente Zapatista [...] creando cooperativas para la búsqueda colectiva de formas alternativas de comercio, con el objetivo de escapar de la dependencia con respecto a los intermediarios y las multinacionales. Actualmente existen tres cooperativas zapatistas en Chiapas (Mut Vitz, Yachil Xojobal Chulchan, y Yochin Tael Kinal) que funcionan con estructuras absolutamente democráticas e invierten un porcentaje de sus ingresos en iniciativas para beneficio social, como la consolidación de un sistema autónomo de educación y salud. En estas cooperativas participan unos 3.000 campesinos y la cantidad de exportaciones asciende ya a 400 toneladas anuales. El 'café zapatista' circula en Europa y los Estados Unidos gracias a colectivos solidarios con las reivindicaciones zapatistas de democracia, paz y justicia. Estas organizaciones europeas y norteamericanas compran el café sin la mediación de ninguna empresa con ánimo de lucro. (REDE LATINA SIN FRONTERA, 2008, p. 1).

As mulheres organizaram vários tipos de pequenas cooperativas, sobretudo nos setores considerados femininos, como nos de alimentação, confecção e artesanato, e essa foi a forma que encontraram para poder trabalhar. No entanto, a presença das mulheres das comunidades zapatistas tanto no trabalho produtivo como na vida pública ainda é pequena e dificultosa.

Uma companheira da Junta expôs-nos o estado de avanço quanto ao papel das mulheres na sociedade zapatista. No Caracol de Oventik há três cooperativas de produção e distribuição artesanal que nasceram da iniciativa de mulheres. A produção está muito centrada no fabrico de roupa e de objectos herdados da cultura tradicional, mas na sua maioria actualizados

com a introdução de símbolos da luta zapatista. A presença das mulheres também sobressai entre os promotores da saúde. E, claro, é feita referência à Lei Revolucionária das Mulheres, que define uma total igualdade de direitos. No entanto, a companheira não esconde que, no campo da vida privada, embora tenha havido progressos importantes, há ainda muito por fazer. As próprias mulheres têm de avançar no terreno da auto-emancipação e ainda são muitas as que não intervêm activamente na vida comunitária. (BRIGADA EUROPEA EM APOIO AOS ZAPATISTAS, 2011, p. 2)

Pesquisas apontam (ROJAS, 1994, NASCIMENTO, 2009) que um dos principais motivos que leva as mulheres a se integrarem ao EZLN encontra-se no fato de poderem conquistar autonomia, independência e autodeterminação sobre suas vidas.

Desde o início, as mulheres zapatistas se organizaram colocando em questão as estruturas familiares e comunitárias. Após uma assembleia realizada em 1993 para a divulgação de consulta realizada com as mulheres de todas as comunidades zapatistas, foi formulada a *Lei Revolucionária das Mulheres* que apresenta dez reivindicações. Na sua primeira versão, essa Lei apontava reivindicações, tais como: a) poder escolher o marido e não ser obrigada a casar à força, prática normal da cultura; b) ter o direito à participação política, à educação e ao trabalho; c) decidir o número de filhos, pois são obrigadas a ter vários filhos, já que na cultura uma família grande é sinal de prosperidade; d) direito a participar dos assuntos da comunidade e ocupar cargos se forem eleitas para isso; e) não serem espancadas ou maltratadas fisicamente nem por familiares e nem por estranhos, e punição severa para os crimes de estupro. Isso porque o espancamento de mulheres e os estupros pelos pais, maridos, irmãos e outros homens são comuns e não há punição.

Mesmo com todas as dificuldades, as iniciativas das mulheres zapatistas abriram um campo de lutas extremamente importante. Mostram que no interior dos movimentos sociais e desde o início é possível colocar publicamente em questão as relações sociais de gênero, não apenas denunciando e condenando o machismo de maneira abstrata, mas agindo na sua expressão concreta, ou seja, nas estruturas familiares realmente existentes sobre as quais o Movimento se constrói.

As culturas conservadoras e machistas e o meio no qual se realiza o trabalho, aliado à exploração capitalista, explicam de certa forma porque no meio rural e indígena a opressão e a violência contra as mulheres são exacerbadas, mesmo naqueles territórios organizados e influenciados pela ideologia de movimentos sociais que lutam pelo socialismo.

Mas, há outros fatores que incidem sobre esse fenômeno, e um deles diz respeito às próprias linhas políticas implementadas pelas organizações de esquerda. Os partidos de esquerda, movimentos sociais, sindicais e outras organizações construíram e aplicaram por muito tempo a teoria de que as lutas contra a violência e discriminação das mulheres, contra o racismo, pela preservação da natureza, dentre outras, deveriam estar em segundo plano, pois o principal era a luta de classes. Imaginava-se que após a revolução, com a ins-

talação do socialismo e com as novas relações sociais estabelecidas, todas as discriminações desapareceriam. No entanto, as experiências dos países do socialismo real mostraram que mesmo após as revoluções as desigualdades de gênero não foram superadas.

Essa proposição tem sido criticada, em especial pelas militantes e teóricas das questões de gênero, no entanto, ainda parece predominar, mesmo no interior dos movimentos de esquerda. Dessa forma, foram árduas as lutas das mulheres para conseguirem criar os setores de gênero em organizações como o MST, a CUT e partidos de esquerda, e ainda continua árdua a batalha para que esses setores ganhem espaços nos programas e ações desencadeados pelas organizações.

CONCLUSÃO

O fenômeno da dominação é uma categoria que permeia as mais diversas instâncias da vida social, dentre elas procuramos discutir a dominação de gênero, cuja origem transcende o universo da política e das relações de produção e, possivelmente, tem seu lócus primordial no processo de reprodução social. No entanto, neste texto, limitamo-nos à questão da dominação de gênero demarcada na evolução e situação profissional da mulher na esfera das organizações de trabalho associado, bem como a sua participação política nessas organizações e as ações educacionais imanentes à construção das novas relações sociais endógenas às OTAs.

Partimos do pressuposto de que as OTAs promovem a democratização das relações de trabalho, o que leva a uma maior igualdade. Mas, ao mesmo tempo, a ideologia conservadora e machista encontra-se profundamente arraigada na ideologia coletiva, ultrapassando o âmbito do mundo do trabalho. Desse modo, tentamos averiguar se a democratização das relações de trabalho seria eficaz para erradicar as seculares práticas de subordinação feminina, ou se essas práticas reproduzem-se de alguma forma.

A análise da realidade das OTAs mostra que a ideologia patriarcal não se encontra suprimida nos empreendimentos autogestionários e nem nos movimentos sociais estudados, aparecendo sob diversas manifestações. Esse fato é coerente com a situação socialmente excêntrica dessas organizações, com condição de propriedade privada dos meios de produção e produtoras de mercadorias e, ademais, com o fato de que seguem vivendo sob a hegemonia social, econômica, ideológica e cultural do capitalismo.

Ao mesmo tempo, constatamos que elementos de igualdade política em geral, e de gênero em particular, foram adotados por essas organizações, o que beneficia as trabalhadoras das OTAs. Esses elementos ficam mais claros quando a situação de trabalho e de inserção política das associadas às OTAs é comparada com a situação da mulher no mercado de trabalho assalariado. Os principais elementos destacados foram os seguintes: 1) direitos juridicamente iguais aos dos homens no que diz respeito à condição de asso-

ciadas; 2) igualdade quanto às remunerações percebidas pelo mesmo trabalho realizado; 3) oportunidades expressivamente maiores do que as existentes nas empresas tradicionais para o exercício de funções de responsabilidade e cargos de direção; 4) subsistência de uma atmosfera de relações de trabalho que destoa dos valores socialmente predominantes, na medida em que se busca valorizar a igualdade, a cooperação e a solidariedade entre os trabalhadores; 5) reeducação imanente derivada das práticas de relações de trabalho democráticas, as quais se manifestam em posturas e intervenções que revelam um crescimento da autonomia e da autoconfiança femininas; 6) disposição em elaborar políticas específicas para a igualdade de gênero.

O trabalho associado na vigência do capitalismo é um arranjo econômico contraditório. As reformas democráticas significativas que ele opera, favoráveis aos/trabalhadores/as, encontram-se sujeitas a essas contradições. É particularmente importante o fato de que, ao contrário do que possa sugerir a observação superficial, as unidades de trabalho associado não representam a harmonização das relações de produção. Ainda que de forma mais mediada, o trabalho associado, sob o domínio geral do capital, segue imerso na luta de classes. Esta se desenvolve externamente, pela incontornável inserção das unidades de trabalho na sociedade capitalista, e de modo endógeno nas unidades de trabalho pelos conflitos internos. A luta de classes trava-se, também, entre os próprios trabalhadores associados.

Em suma, como vimos, mesmo com as importantes modificações realizadas pelas OTAs nas relações de poder e trabalho, no cotidiano ainda se encontra a prática de discriminação das mulheres, o que dificulta a participação política e o acesso das mesmas aos postos mais elevados, tanto nas direções das cooperativas como nas instâncias dos Movimentos.

Mas, apesar das diversas dificuldades e impedimentos para a participação das mulheres, foi possível observar que o ambiente autogestionário possibilita oportunidades de inserção social mais democrática. Observamos, também, que nas EAs e principalmente no MST e no Movimento Zapatista há uma política definida, setores organizados e ações planejadas no sentido de buscar a igualdade de gênero. Os Movimentos começam a admitir que a luta pela igualdade de gênero é de ordem geral e deve ser travada juntamente com a luta de classes.

Desse modo, e levando em consideração o exposto, podemos concluir que as OTAs somando-se ao movimento geral dos trabalhadores poderão contribuir significativamente para a mudança social, uma vez que a transformação do sistema, certamente não ocorrerá sem um enfrentamento com o capitalismo em todas as suas instâncias: econômica, política e ideológica.

REFERÊNCIAS

- BRIGADA EUROPEA EM APOIO AOS ZAPATISTAS. 2º Diário: Caracol II, Oventik. Corazón Céntrico de los zapatistas delante del mundo. **Passa Palavra**. 02 de fev de 2011. Disponível em: <http://passapalavra.info/?p=27342>. Acesso em: 02 fev. 2011.
- CONCEIÇÃO, H. S. **Muitas mulheres, um mesmo movimento**. História e participação políticas das mulheres do MST na Bahia. Comunicação. Salvador. Universidade Federal da Bahia. 2006. Disponível em: http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh_II/helida_santos_conceicao.pdf. Acesso em: 20 jan. 2011.
- CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL. **Caderno de Formação**. São Paulo, n. 21, 1996.
- DAL RI, N. M. **Educação democrática e trabalho associado no contexto político-econômico do MST**. 2004. 315 f. Tese (Livre-docência em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.
- DAL RI, N. M.; VIEITEZ, C. G. **Educação democrática e trabalho associado no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e nas fábricas de autogestão**. São Paulo: Ícone: Fapesp, 2008.
- DAL RI, N. M.; VIEITEZ, C. G. O que a terra ensina. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, n. 26, p. 80-85, nov., 2007.
- DAL RI, N. M.; VIEITEZ, C. G. A educação do movimento dos sem-terra. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n. 26, p. 44-57, mai./jun./jul./ago., 2004.
- DAL RI, N. M.; VIEITEZ, C. G. Trabalho, gênero e educação nas organizações autogeridas. **Educação em Revista**. Marília, n. 3, p. 21-42, 2002.
- FUMAGALLI, M. P. A. **Mesmo em tempos de crise, a luta pela igualdade entre homens e mulheres continua atual**. São Paulo: CUT, 2009a. Disponível em: <http://www.cut.org.br/ponto-de-vista/artigos/4100/mesmo-em-tempos-de-crise-a-luta-pela-igualdade-entre-homens-e-mulheres-continua-atual>. Acesso em: 20 jan. 2011.
- FUMAGALLI, M. P. A. **Brasil** – mulheres e mercado de trabalho. Fortaleza: Adital, 2009b. Disponível em: <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=37706>. Acesso em: 20 jan. 2011.
- GODELIER, M. As relações homem-mulher: o problema da dominação masculina. *Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, v. 26, p. 9-30, 1980.
- LENIN, V. Sobre a emancipação da mulher. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.
- LEY REVOLUCIONARIA DE MUJERES. *Despertar mexicano*. Órgano Informativo del EZLN. México, n. 1, dez., 1993.
- MARX, K. **O Capital**. Crítica à economia política. 7. ed. São Paulo: Difel, 1982. Livro 1, v. 1.
- MENDEL, G.; VOGT, C. **El manifiesto de la educación**. Madrid: Siglo Veintiuno, 1975.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. O setor de gênero do MST. Brasília. 2010. Disponível em: <http://base.d-p-h.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-8247.html>. Acesso em: jun. 2011.

NASCIMENTO, P. S. **Uma análise das reivindicações das mulheres zapatistas de 1994 a 2000**. 2009. 117 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Curso de Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.

OBSERVATÓRIO BRASIL DA IGUALDADE DE GÊNERO. Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. Homens recebem salários 30% maiores que as mulheres no Brasil. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/noticias/homens-recebem-salarios-30-maiores-que-as-mulheres-no-brasil/>.

REDE LATINA SIN FRONTERAS. **Un producto de comercio justo de la zona de Chiapas**. El café zapatista de México se rebela contra las injusticias del mercado. Ciudad de México. 27 ago. 2008. Rede Latina Sin Frontera. Disponível em: <http://red-latina-sin-fronteras.lacoctelera.net/post/2009/01/03/mexico-caf-zapatista>. Acesso em: jan. 2011.

ROJAS, R. **Chiapas, y las mujeres, qué?**. México: Ediciones la Correa Feminista CICAM, 1994.

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO PAULO E MOGI DAS CRUZES. **Salários das mulheres ainda é 30% menor do que o dos homens**. São Paulo, 09 mar. 2015. Disponível em: <http://metalurgicos.org.br/noticias/salario-das-mulheres-ainda-e-30-menor-que-o-dos-homens/>.

SINGER, P. **Uma utopia militante**. Repensando o socialismo. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

VIETEZ, C. G.; DAL RI, N. M. **Trabalho associado**: cooperativas e empresas de autogestão. Rio de Janeiro: DP&A: FINER, 2001.

VIETEZ, C. G.; DAL RI, N. M. **Mudança social na América Latina, trabalho associado e educação**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2009.